

INFORMAÇÃO E PROPAGANDA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Quero começar por saudar os trabalhadores da informação pelo seu grande engajamento nos trabalhos preparatórios do Seminário Nacional da Informação. Durante os últimos 3 meses a nossa informação tem estado em movimento, com ideias e concepções diferentes e mesmo antagónicas em constante choque, preparando

— JORGE REBELO NO ENCERRAMENTO DO CICLO DE PALESTRAS DOS PREPARATIVOS DO I. SEMINÁRIO DA INFORMAÇÃO (10/9/77)

a síntese, que será o nosso caminho, a orientação para este nosso sector de trabalho.

Devemos regozijarmo-nos pela maneira franca e aberta com que todos participam nas discussões, porque só assim podemos conhecer os problemas que entre nós existem e encontrarmos para eles, colectivamente, a solução correcta.

Um aspecto importante dos trabalhos preparatórios têm sido os colóquios e palestras, cujo ciclo hoje encerramos. Neles tivemos oportunidade de escutar e discutir importantes contribuições para um melhor e aprofundado conhecimento da natureza, função, problemas e objectivos dos meios de comunicação de massas no processo revolucionário.

Altos responsáveis do nosso Partido e Governo, jornalistas experientes nacionais e estrangeiros, e técnicos especializados trouxeram-nos os resultados das suas análises, dos seus estudos, da sua experiência. A forma como souberam transmitir os seus conhecimentos e a sua prática, e o elevado grau de participação que conseguiram dinamizar entre aqueles que os escutaram, é a melhor prova do sucesso desta iniciativa.

O tema que me foi proposto para sobre ele falar esta noite é «A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL». Sobre este tema quero fazer algumas observações prévias:

Primeiro: Trata-se de um tema muito vasto, e muito pouco estudado. Pouco estudado porque os militantes que estavam envolvidos nas tarefas de Informação e Propaganda durante a luta armada, tinham antes de tudo, de responder às exigências imediatas da própria luta. As possibilidades de analisarem o seu trabalho durante o trabalho eram praticamente inexistentes. Também na Informação e Propaganda eles aprenderam a definir os objectivos

concretos e os métodos a partir da prática. Aprenderam a lutar, lutando. Aprenderam a informar, informando. Foi a dinâmica da luta que o determinou: e não restava tempo para mais. Só agora começa a ser possível analisar de maneira sistemática e teorizar a nossa experiência neste sector.

Segundo: Dada a vastidão do tema, só tocaremos aqueles aspectos que aparecem como mais relevantes para o nosso Seminário. Assim, por exemplo, deixaremos de lado a análise da origem e evolução dos órgãos de informação da FRELIMO, designadamente «A Voz da Revolução», «Mozambique Revolution», o programa da rádio «A Voz da FRELIMO». Este e outros aspectos poderão ser tratados em outras palestras focando o mesmo tema de hoje.

Terceiro: É preciso estarmos claros sobre as razões porque este tema aparece no quadro dos trabalhos preparatórios do Seminário. Alguns de entre vós embora uma minoria, já tentaram contestar a sua necessidade e utilidade. Alegam que a experiência da FRELIMO na luta armada foi válida para essa fase, e só. Que agora estamos numa fase diferente, com condições novas, e portanto discutir sobre Informação na luta armada será quando muito um exercício intelectual interessante, mas sem relação com o Seminário, não trazendo nada de novo. Entre esses encontramos elementos que se dizem marxistas, que são capazes de repetir, por que decoraram, muitos excertos de obras de Marx ou Lenine. Mas o processo histórico e dialéctico continua sendo um mistério para eles. Concebem cada período histórico como sendo um espaço isolado, sem relação com o passado nem com o futuro. E assim, não compreendem que o Moçambique hoje é o resultado da luta de libertação nacional e, é uma etapa que precede o Moçambique socialista em cuja construção estamos engajados. Que o que fazemos hoje é o prolongamento do que fazíamos ontem nas zonas libertadas.

O ponto fundamental é este: faltam-nos orientações para o nosso trabalho de informação e propaganda. Por causa disso é que realizamos este Seminário. Mas donde virão essas orientações, qual deve ser a nossa fonte de inspiração?

a) Temos as directrizes da Conferência do D.I.P. de Macomia, do III Congresso, e outras isoladas formuladas por responsáveis da FRELIMO, que contudo são, pela sua própria natureza, demasiado gerais, e que têm de ser adaptadas às situações concretas.

b) Temos a experiência do período desde a derrota final da queda do colonialismo — insuficiente e com muitas incorrecções como se depreende dos relatórios dos vários órgãos de informação.

c) A nossa grande fonte, portanto, aonde devemos buscar orientação, a que comprovou na prática a sua correcteza e eficácia, é a experiência no período da luta armada. E podemos compreender isto facilmente se imaginarmos que não havia golpe de Estado em Portugal e que a nossa luta seguia o seu curso normal cobrindo todo o país e desmantelando no processo toda a estrutura colonial. Seria a FRELIMO, com os seus princípios, os seus

métodos, as suas estruturas, os seus quadros forjados na luta, quem teria tomado completamente a Informação e todos os outros sectores da nossa vida, mesmo nos aspectos práticos de gestão.

E a maior parte dos problemas que hoje enfrentamos não existiriam. Foi pena portanto que os militares portugueses tivessem quebrado esta evolução ao provocarem a queda do Caetano. Mas, dado que isso aconteceu, importa não perdermos de vista a perspectiva que acabo de referir. E trabalharmos para que a direcção efectiva da FRELIMO, nosso Partido de Vanguarda esteja cada vez mais presente nos órgãos de informação.

Debrucemo-nos então sobre alguns aspectos da informação na luta armada de libertação nacional.

Podemos dizer que a Informação e Propaganda na FRELIMO surgiu como um imperativo, resumindo nesta passagem de um relatório do Departamento de Defesa na fase inicial da luta armada:

«Nas zonas em que foi possível realizar uma actividade intensa de propaganda antes de começar a luta armada — esta conhece sucessos imediatos. Pelo contrário, quando isso não é possível, os combatentes encontram grandes dificuldades, resultantes da indiferença e por vezes mesmo a hostilidade das populações, durante séculos submetidas a uma intensa propaganda colonialista».

Este relatório dá-nos também uma indicação sobre qual era a função principal da Informação e Propaganda: apoiar a luta armada, que nessa fase era a tarefa principal.

Assim, logo no início, de entre as estruturas criadas pelo Comité Central — Departamento de Segurança e Defesa, Departamento da Organização no Interior, Departamento de Educação e Cultura, Departamento de Saúde e outros, foi criado um Departamento responsável pela Informação e Propaganda.

A situação impôs-nos desde logo várias definições.

1. Os destinatários e conteúdo da Informação e Propaganda:

a) Concluimos que devíamos considerar em primeiro lugar os militantes da FRELIMO. E assim fizemos. Dávamos-lhes a conhecer em profundidade a linha política da FRELIMO, o avanço da luta de libertação, a certeza e inevitabilidade da nossa vitória e o porquê dessa certeza. Situávamos para eles a nossa luta no contexto geral das lutas de todos os povos contra a exploração e opressão, e mostrávamos através de casos concretos, que não estávamos isolados mas gozávamos do apoio de todos os povos amantes da paz e da liberdade. Visávamos principalmente reforçar o espírito revolucionário dos militantes, a sua confiança na revolução, o seu espírito de combate, a sua determinação.

PROGRAMA DA RÁDIO — 1967

Camaradas,

Saudamos todos os combatentes revolucionários que neste momento, em Moçambique, nessa pátria, enfrentam com armas na mão os inimigos do Povo moçambicano — os colonialistas portugueses.

A força dos guerrilheiros é cada vez maior, cada dia que passa mais e mais soldados portugueses são mortos. O inimigo ainda tenta esconder, mas são tantos já os mortos que ele tem de anunciar pelo menos alguns.

Vamos ler os nomes de alguns desses soldados portugueses mortos recentemente pelos guerrilheiros da FRELIMO.

Estes nomes foram publicados nos jornais portugueses, e constam de comunicados emitidos pelos Serviços de Informação das Forças Armadas portuguesas.

Dia 29 de Novembro de 1966:

Morreram em luta, em Moçambique, os seguintes militares portugueses:

— Soldado n.º 22979/65 — José Ricardo Maria,

— Soldado n.º 16907/65 — José Henriques Saraiva da Cruz.
6 de Dezembro de 1966:

— Cabo n.º 38395/65 — Moisés Pombal Moutinho.

7 de Dezembro — Para-quedista n.º 1545/65 — Manuel Augusto Oliveira Dias.

9 de Dezembro — 1.º sargento — João Manuel Henrique Godinho, 2.º sargento para-quedista — José Maria Silva Ferreira e Soldado — Fernando Ferreira Cabral.

11 de Dezembro — Soldado n.º 54/66.

13 de Dezembro — Cabo n.º 69483/65 — António Manuel de Sousa.

15 de Dezembro — Soldado n.º 61706/65 — Manuel Paulino Brito Silvério.

Durante o mês de Janeiro, as autoridades portuguesas anunciaram pelo menos as seguintes baixas:

Mortos em combate:

Soldado n.º 232/65 — Ângelo Maria Joaquim e Herménio Fernandes Duarte.

Furriel miliciano — Joaquim Gonçalves.

1.º cabo n.º 22/66 — José Vieira Barcelos.

Soldado n.º 29761/65 — Francisco Rebelo Pereira.

Soldado n.º 47714/65 — Manuel Amado Antunes.

Cabo da Armada n.º 2198 — Eduardo Manuel Cerqueira.

Soldado n.º 91590/65 — Manuel Cabral Rodrigues.

Soldado n.º 45015/65 — António Silva Gomes.

Soldado n.º 44774/66 — Lúcio Lacerda Pinto.

Camaradas,

Vemos portanto que os portugueses foram obrigados a comunicar 19 mortos, em combate, durante um período de poucas semanas.

Além destes, já os portugueses tinham anunciado noutra comunicado deles emitido em 15 de Dezembro, que mais 16 soldados tinham morrido às balas ou minas dos guerrilheiros.

Estes números, estes factos provam bem que a luta intensifica-se em Moçambique, e que os guerrilheiros da FRELIMO estão a comandar, estão a alcançar cada vez mais vitórias.

Aliás, estas nossas vitórias são reconhecidas pelos outros povos, e têm como consequência uma intensificação da solidariedade internacional para com a nossa revolução.

Camaradas,

Vamos ler agora um artigo, escrito por guerrilheiro.

Este artigo conta a desmoralização dos soldados colonialistas. Neste artigo, o nosso camarada diz:

«Quero contar alguns factos concretos sobre os soldados portugueses na região onde estou a lutar.

Nós estamos constantemente a atacar as tropas portuguesas.

As vezes só 3 ou 4 escapam, de um pelotão inteiro. Quando voltam ao quartel e contam aos outros soldados os ataques e as mortes todas que sofreram, o moral de todas as companhias torna-se muito baixo.

A hora das refeições, em vez de comerem nos refeitórios, os soldados portugueses levam os pratos para as trincheiras e comem ali. À noite não se atrevem a dormir nas casernas, eles dormem no mato, com receio dos nossos ataques. Quando uma porta se abre ou quando ouvem algum ruído eles ficam cheios de medo, em pânico, e disparam ao acaso, vendo guerrilheiros em toda a parte.

Todos são inimigos deles — o Povo, os guerrilheiros, a natureza.

Pelo contrário, nós, inspirados pela justiça da nossa causa, temos tudo a nosso favor. Nós desenhamos na nossa terra-mãe os planos dos nossos ataques. Os animais são os nossos companheiros amigos. O mato protege-nos.

A nossa terra dá-nos de boa vontade todas as condições para a vitória da nossa Revolução — porque ela também quer libertar-se da dominação estrangeira».

Mais tarde, quando a luta de duas linhas eclodiu no nosso seio, intensificámos a explicação aos militantes do significado e perigo do neocolonialismo e a necessidade de o combater como combatíamos o próprio colonialismo. Isto era feito contra a vontade do grupo reaccionário chefiado por Simango, que contudo não tinha força para o impedir. A denúncia aberta desse grupo e das suas maquinações só pôde ser feita quando o Comité Executivo e o Comité Central tomaram posição contra eles.

b) Ao povo explicávamos especificamente porque sofre, que o responsável pela miséria, opressão e exploração no nosso País é o colonialismo português, e que o único meio de se libertar era participar na luta de libertação nacional.

PROGRAMA DA RÁDIO — 19-3-70

Camaradas,

Vamos hoje continuar a relatar-vos os sofrimentos de nacionalistas moçambicanos presos pelos colonialistas portugueses.

Dar-vos-emos hoje o testemunho do camarada MUARABU SHAURI, um dos 4 moçambicanos que compareceu perante o Comité das Nações Unidas sobre Direitos Humanos.

Quando questionado pelo Presidente daquele Comité, o Camarada Shauri contou a sua história:

«... Em Setembro de 1964 os portugueses prenderam-me de novo.

Levaram-me para Mocimboa da Praia, onde vi 8 camaradas meus amarrados de pés e mãos e chicoteados até morrerem. Eu estava a assistir por ordem do administrador. Levaram-me depois para um lugar chamado MITENDE, na região de Mocimboa da Praia. Pegaram em 4 mulheres grávidas, e abriram-lhes as barrigas com facas.

Depois mataram um homem com um tiro de pistola — o nome dele era SURA NIMANI. Obrigaram-me a assistir a tudo isto porque queriam meter-me medo e dessa maneira fazer-me abandonar a FRELIMO.

Então fui levado para a Prisão do Ibo. É um lugar diabólico.

Logo que chegámos, fizeram-nos andar 12 horas sem comida nem água. Quando desembarcámos fizeram-nos passar por uma fila de polícias armados com chicotes e casse-lôtes.

Enquanto passávamos, éramos batidos. Durante 3 meses só nos alimentaram com mandioca seca e crua, 2 pedaços de manhã e 2 de tarde. À tarde punham água no chão das nossas celas, para não podermos dormir. Em Janeiro de 1965 puseram 4 tambores nas nossas celas para fazermos neles as nossas necessidades.

Quando estavam cheios, obrigavam-nos a meter a cabeça nesses tambores.

Havia uma secção da Pide estacionada nessa prisão especialmente para interrogar os prisioneiros.

Quando éramos levados para o interrogatório na Secção da Pide, havia 3 homens armados com chicote, palmatória e casse-lôte. Batiam-nos em todo o corpo para nos obrigar a dar informações sobre os guerrilheiros. Cerca de 160 pessoas morreram deste tipo de tortura, e 10 foram mortas com tiros de pistola, incluindo um chefe muçulmano religioso chamado FAZEIRA YUSUF.

Quando vi estas torturas, o meu ódio aumentou, e decidi dizer ao Chefe da Pide que, se ele continuasse a fazer aquilo, iria liquidar muita gente mas não poderia acabar com a luta pela independência.

O Chefe da Pide disse-me que eu estava fora do meu juízo por atrever-me a falar daquela maneira, e mandou dar-me 20 palmatoadas».

Camaradas,

Estas são algumas das passagens das declarações de um nosso camarada, Muarabu Shauri, acerca dos sofrimentos dele enquanto esteve nas prisões dos colonialistas portugueses. Estas declarações foram registadas pelas Nações Unidas, e distribuídas por todo o mundo. O mundo portanto começa já a conhecer e que de facto é o colonialismo português, e começa a compreender porque é que nós lutamos, de armas na mão contra os portugueses.

Hoje podemos orgulhar-nos de que em grande parte do nosso País este tipo de sofrimento já não existe. Nas zonas libertadas da FRELIMO não há prisões, não há cavalo-marinho, não há palmatória, não há torturas.

Há uma sociedade onde todos os homens são irmãos e trabalham juntos para a mesma causa.

Mas é preciso que a nossa luta prossiga, se estenda a todo o País. Não podemos egoisticamente contentarmo-nos com os benefícios que pessoalmente já temos. Nós estamos na zona livre, temos de pensar nos nossos irmãos que ainda sofrem na zona do inimigo. Eles, os nossos irmãos ainda submetidos ao colonialismo, têm de compreender e assumir a luta, e, sob a direcção da FRELIMO, organizar-se para começar a luta. Para que, em breve todo o nosso Povo do Sul a Norte de Moçambique seja uma grande fogueira que vai reduzir a cinzas os nossos inimigos, os colonialistas portugueses.

A LUTA CONTINUA.

Ao povo das zonas libertadas salientávamos o significado na produção — agora já realizada em moldes completamente novos, feita pelo povo e para o povo. Que a produção é uma forma de luta, e a necessidade de, pela produção, apoiar a luta armada.

c) A nossa informação e propaganda era dirigida depois aos soldados do exército colonial — tanto portugueses como moçambicanos.

— Aos portugueses lembrávamos-lhes que combatiam por uma causa perdida e injusta, pela defesa dos interesses de um punhado de capitalistas e não os seus. Que o caminho para eles se libertarem era recusarem-se a combater. Explicávamos-lhes a política de clemência da FRELIMO, e que seriam bem tratados pelos combatentes da FRELIMO se se acolhessem à nossa protecção.

DECLARAÇÕES DE UM SOLDADO PORTUGUÊS DESERTOR:

A desmoralização é cada vez maior entre os soldados portugueses. Os soldados portugueses estão cada vez mais conscientes da injustiça da guerra que estão a travar contra o Povo moçambicano. Em Novembro mais um soldado português desertou e entregou-se às forças da FRELIMO. Hoje vamos referir algumas das suas declarações — do cabo n.º 2178/64, JOSÉ INÁCIO BISPO CATARINO.

Quando foi interrogado pelos serviços de informação da FRELIMO sobre as razões porque tinha desertado, ele respondeu: «Eu desertei porque nós, Portugueses, tomámos pela força a terra que pertence aos Africanos. Agora os donos da terra querem recuperar a terra deles. Por que é que havemos de lutar contra eles, contra os verdadeiros donos da terra, contra o Povo moçambicano! Eu não posso lutar ao lado dos portugueses, porque sei que o que eles estão a fazer é mau, é errado. Eu vi muitos dos meus companheiros portugueses serem mortos pelos guerrilheiros, vi o sargento chefe da minha secção cair morto a meu lado, e muitos mais. Todos morrem por uma causa que não é deles. Eu falava muitas vezes aos meus soldados, dizendo-lhes que eles deviam fingir-se doentes para serem evacuados para Namputa. Eu organizava reuniões com alguns, e explicava-lhes que eles estavam a sofrer por uma causa que não é deles. Dei-lhes o exemplo do nosso sargento, que morreu por nada, e de todos os outros que já morreram».

Falando sobre a situação militar, o soldado português disse: «Estive 17 meses em Mueda. Durante esse tempo, sofri 13 emboscadas. A primeira foi na estrada de Mangochi, em 31 de Julho de 1965, poucos dias depois do ter chegado a Mueda. Nessa emboscada, foram mortos 2 soldados da minha companhia, e 9 foram feridos. Dois dias antes, em 29 de Julho, houve outra emboscada em que foi morto um capitão».

Sobre a sua deserção, José Catarino revelou:

«Eu fui muito bem tratado, não só pelo povo, mas também pelos guerrilheiros. Nunca me amarraram nem trataram mal. Dormia nas mesmas casas em que eles dormiam. Gostei muito».

«Pelo contrário — disse ele — os oficiais portugueses batem, torturam e matam o povo. Uma vez eu protestei contra eles porque estavam a torturar uma velha moçambicana. Eles partiram-lhe o braço com palmatoadas».

Ele falou sobre a ignorância em que são mantidos os soldados portugueses. «Os nossos oficiais nunca nos dizem nada sobre a guerra. Eu nunca soube da boca deles que estávamos a lutar contra a tropa da FRELIMO. Soube o que era a FRELIMO porque costumava

ouvir a Rádio Moscovo secretamente. Ouvia que a FRELIMO tinha morto tantos soldados portugueses, etc. e sabia que isso era verdade porque via muitos dos meus colegas a serem mortos. Eu próprio estava uma vez num camião que foi destruído por uma mina. O «chauffeur» morreu na minha presença. Eu, por sorte, escapei. Quando estávamos em marcha, se algum de nós visse um papel no chão não podia apanhar e ler esse papel: tinha de comunicar ao oficial. Só os oficiais têm licença para ler esses papéis. Mas algumas vezes lia-os: e foi assim que fiquei a saber mais coisas acerca da FRELIMO».

Concluindo, o soldado português desertor disse:

«Eu gostaria de poder falar a todos os portugueses, em especial aos soldados, e dizer-lhes que o que eles estão a fazer é mal feito, que o que os oficiais dizem não é verdade, que nós não lutamos para defender Portugal mas sim para roubar a terra que pertence a outros povos. E que aqueles que lutam contra nós são os verdadeiros donos da terra, que reclamam aquilo que lhes pertence. Eu quero dizer-lhes que a única maneira que nós, soldados portugueses, temos de evitar sermos criminosos, é recusarmos-nos a lutar».

Camaradas,

Estas declarações deste soldado português são importantes. Elas mostram que mesmo os soldados portugueses sabem que a guerra deles é injusta, e que a nossa luta é justa. Nós sabemos que a maior parte dos soldados portugueses só lutam hoje porque são obrigados pelos seus superiores.

MAS ELES CONTINUAM A SER NOSSOS INIMIGOS, porque aceitam defender os interesses do seu governo colonialista e fascista. Como declarou este cabo que desertou, o único caminho para os soldados portugueses salvarem a sua honra e a sua vida, é recusarem-se a combater, é desertarem. Porque senão, eles cairão nas nossas emboscadas. Não-de morrer por uma causa que não é sua. Os soldados portugueses, de facto, não lutam pela «defesa da Pátria», como dizem os seus oficiais: a Pátria deles é Portugal, não é Moçambique. Moçambique é pátria dos moçambicanos. Eles lutam só para a defesa dos interesses dos capitalistas em Moçambique. Esses capitalistas vivem riquíssimos, em Lisboa ou Lourenço Marques, e mandam os soldados morrer no mal. Os próprios soldados portugueses são também enganados e explorados pelo seu governo fascista.

O Povo moçambicano está a lutar pela sua libertação, guiado pela FRELIMO. Quando Moçambique e as outras colónias portuguesas forem livres, o próprio Povo português há-de beneficiar, há-de ganhar com isso: porque os seus filhos, os jovens portugueses, já não hão-de ser mandados para a morte, para o mal, para morrerem às balas e «bazookas» e minas dos guerrilheiros moçambicanos, angolanos, guineenses.

Os soldados portugueses devem compreender isto e revoltarem-se e recusarem-se a lutar. O Povo português deve revoltar-se em massa contra a guerra colonial, contra o regime fascista de Salazar.

— Aos soldados moçambicanos encorajávamos a desertar para as nossas fileiras. Fazíamos-lhes sentir que, permanecendo no exército colonial estavam a trair o seu próprio povo, o qual no fim da luta os julgaria. Em detalhe mostrávamos-lhes como eles eram oprimidos, humilhados e explorados no exército português

no tratamento, nos salários, nas promoções, na participação forçada nos combates mais arriscados.

QUANDO CHEGUEI AS PESSOAS AFASTAVAM-SE DE MIM

Chamo-me João Simango, nasci em Nova Sofala no dia 7 de Maio de 1952.

O meu pai era um servente da fazenda na cidade da Beira e ao fim de 30 anos de trabalho ganha 2 contos por mês. Vim viver com o meu pai na Beira em 1960. Éramos 8 irmãos e irmãs, mas duas das minhas irmãs e o meu irmão faleceram. Uma das minhas irmãs faleceu por doença porque não tínhamos hospital na nossa região. Os outros morreram na Beira doentes, iam ao hospital mas não tinhamos meios para seguir o tratamento.

Comecei a trabalhar com 19 anos como servente numa livraria e recebia 650\$00 por mês.

Em 1972 levaram-me ao recenseamento militar, aí fui obrigado a pagar uma multa de 250\$00 porque me devia ter apresentado aos 18 anos.

Em Fevereiro de 1973 fui incorporado no exército, na bateria artilharia de instrução SPM 3534. No meu pelotão éramos 61 pessoas, todos africanos, mas o alferes e furriel que nos comandavam eram europeus. Na instrução éramos batidos com o cinturão quando cometíamos qualquer falta ou manifestávamos dificuldades de aprender. O alferes do 1.º pelotão, alferes Morais, era muito pior que o nosso, ele batia muito nos soldados, quando entrava como oficial de dia ele punia-nos constantemente. Durante o nosso treino um dos nossos companheiros foi morto por um pontapé dado por um 1.º cabo.

Durante o treino diziam-nos que devíamos combater a FRELIMO porque até era um instrumento dos chineses e russos que governariam Moçambique. Diziam que Moçambique pertencia a Portugal e por isso não podia ser independente.

Em Abril fui enviado para Boane para fazer a especialidade de atirador de infantaria. Em Boane também havia maus tratos especialmente por parte dum furriel de que não me lembro do nome.

Em Boane fizemos o curso da escola de cabos.

Depois de terminar o curso fui enviado para o batalhão n.º 16 na Beira, éramos 15 cabos e vários soldados. Fomos levados no «Boeing» da DETA.

Todos nós fomos afectados com outros companheiros que foram depois enviados para comandar a OPV.

Antes de irmos para um campo de concentração fizemos um estágio de um mês. Recomendavam-nos de guardar a confiança das crianças porque estas têm dificuldade de guardar segredo. Devíamos controlar os movimentos das populações e prender todos os suspeitos e entregá-los à administração.

Em 1 de Agosto mandaram-me para Chemba, onde estava uma companhia de caçadores. No dia 9 fui enviado para a povoação de Sossolo.

Nesta povoação havia mais de 2000 pessoas. Nós devíamos transferir todas as populações vizinhas e criar um campo de concentração.

Devíamos cercar o campo com arame farpado e não permitir que se deslocassem para fora deste, excepto para cultivar. As machambas rodeavam o campo de concentração.

Éramos 14, 13 OPV e eu.

Todo o Povo manifestava o seu descontentamento em ser aldeado, e quando eu cheguei as pessoas afastavam-se de mim.

Ao fim de 3 dias os camaradas da FRELIMO vieram ter conosco e nós entregámo-nos a eles.

Há muito que eu ouvia a rádio da FRELIMO e compreendia a mentira da propaganda portuguesa.

Por isso quando os camaradas vieram eu ordenei aos meus companheiros que não resisíssemos. Numerosas populações que ali viviam juntaram-se a nós e todos partimos com os camaradas da FRELIMO. Trouxemos 11 mausers e 3 G3, 2 caixas com 800 munições cada Mauser, 1 caixa com 1600 munições de G3.

Agora estou a lutar para libertar o meu Povo.

d) Uma constante da nossa Informação e Propaganda era pôr a nu, denunciar e neutralizar a propaganda inimiga, que utilizava o tribalismo, o regionalismo, a intimidação, a corrupção e outras manobras para tentar dividir as nossas forças e o nosso povo e assim enfraquecer-nos.

e) A informação e propaganda para o exterior apareceu também como uma necessidade premente. Principalmente porque o colonialismo português tinha conseguido criar um muro de silêncio à volta das colónias sob sua dominação, com a cumplicidade dos países imperialistas. Impunha-se quebrar esse muro, tornar conhecida a situação no nosso País e particularmente a nossa luta de libertação, no plano internacional, para conseguir apoio político, diplomático e material.

Em resumo, e citando um relatório apresentado pelo DIP ao Comité Central em 1967, era o seguinte o conteúdo do trabalho deste Departamento:

NO INTERIOR:

1. Propaganda da FRELIMO

- a) Formação e significado da FRELIMO
- b) Programa
- c) Estatutos

2. Propaganda das decisões do Comité Central e do Comité Político-Militar.

3. Propaganda da luta armada e da luta nas frentes da produção, educação, saúde, etc.

4. Denúncia do inimigo:

- a) dos crimes e manobras do colonialismo português
- b) do apoio das potências ocidentais a Portugal

5. Divulgação das acções de solidariedade dos países e organizações amigas.

6. Divulgação das acções da FRELIMO no plano internacional.

NO EXTERIOR:

1. Propaganda e informação sobre a luta. Difusão dos factos da luta e sua explicação.

2. Informação e propaganda das posições políticas da FRELIMO no plano interno e internacional.

3. Denúncia do inimigo:

a) descrição dos crimes do colonialismo

b) descrição e explicação das manobras do imperialismo.

4. Denúncia de apoio das potências ocidentais a Portugal.

5. Propaganda da acção da FRELIMO no plano internacional.

2. Outra definição que tivemos de fazer foi quanto ao método de transmissão da informação e difusão da propaganda.

Baseámo-nos na situação concreta do nosso País, com mais de 95% de analfabetos. Esta situação determinou que puséssemos o acento na transmissão oral — principalmente através dos Comissários Políticos — e na Rádio. Igualmente o desenho, a caricatura e a fotografia, divulgados em cartazes e panfletos muitos deles feitos localmente, foram muito utilizados.

Os boletins de Informação eram destinados mais aos quadros, não só pela razão que acabamos de apontar — alto índice de analfabetismo — mas também pelas dificuldades de transporte. Lembremo-nos de que tudo quanto circulava nas zonas de guerra e nas zonas libertadas era transportado às costas. Ora, quando se punha a alternativa de transportar 10 quilos de leite para as crianças, ou medicamentos, ou munições para os guerrilheiros, ou boletins para as bases, os boletins não apareciam, logicamente, como prioridade.

Utilizávamos como base a língua portuguesa nas publicações e só eventualmente as línguas moçambicanas. Isto porque, quase todos os que sabiam ler e escrever tinham aprendido em português. Pelo contrário, na Rádio usávamos em grande escala línguas moçambicanas desde o Ronga até ao Makonde e Nyanja.

3. Foi necessário também criar uma estrutura que assegurasse a transmissão das informações para a Sede do D.I.P. e a sua difusão nas Províncias e no exterior. Essa estrutura era constituída por um responsável do D.I.P. em cada Província em guerra, e por representantes do D.I.P. seleccionados em cada base militar e em cada sede de localidade, hospital, escola, etc. Estes responsáveis locais eram combatentes e elementos das populações e trabalhadores sabendo ler e escrever, e com um mínimo de capacidade para descrever uma situação como por exemplo em combate, a vida numa povoação ou numa escola, os resultados da produção agrícola numa base militar.

As funções principais do responsável provincial eram:

a) Coordenar a distribuição e controlar o uso do material de informação — máquinas fotográficas, de escrever, rádios, resmas de papel, etc.

b) Dinamizar a produção e coligir todas as informações sobre várias actividades na Província, fornecidas pelos representantes do D.I.P., e canalizá-las para a sede nacional da Informação.

c) Organizar a distribuição adequada de todo o material enviado pela sede — como boletins, panfletos, cartazes, revistas estrangeiras, livros, etc.

d) Produzir panfletos e outras publicações, que respondessem à situação da Província em cada momento, para neutra-

lizar a propaganda inimiga nesse lugar e para estimular a consciência revolucionária do povo.

e) Elaborar planos de trabalho cada 3 meses, e submetê-los ao Secretário do D.I.P.

Devemos dizer honestamente que este sistema nunca chegou a funcionar plenamente, por duas razões: carência de quadros, e falta de sensibilidade por parte de certas estruturas, relativamente à importância da Informação. Quer dizer, a resistência que encontramos actualmente no nosso trabalho de informação, no que respeita à ligação com estruturas, e que vem constantemente referido nos vossos relatórios, não é de hoje: já vem de longe. No entanto, no essencial conseguíamos obter a matéria-prima indispensável para um trabalho adequado.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

CABO DELGADO — 2-12-67

— Relatório do mês de Novembro de 1967

Durante o mês de Novembro, eu estive na viagem para Mocimboa da Praia a fim de estudar os meios de desenvolver o trabalho do departamento da informação.

Partimos no dia 10-11-67 da fronteira para Mocimboa da Praia e chegámos lá no dia 17-11-67, andámos a distância de 195 milhas. Durante a nossa marcha, encontrámo-nos com muita gente e fizémos três reuniões no caminho com o Povo.

Durante a viagem, eu aprovei alguns pontos na área de Mocimboa da Praia: em Mocimboa da Praia, o movimento dos colonialistas portugueses é muito forte, o Povo cultivou muito, muito embora que os portugueses chateiam muito. Os nossos guerrilheiros presentemente estão a estudar os meios para defender o Povo durante o tempo do seu trabalho nas machambas.

No dia 18 fizemos a reunião com membros do Comité da área de Mocimboa da Praia. Durante esta reunião, eu observei que o Povo da Mocimboa da Praia ainda não compreendeu bem a política da FRELIMO.

Muita gente volta do mato para vilas ou cidades para viver com os portugueses, mesmo os «chairmen» fazem a mesma coisa.

Mas, mesmo assim, o trabalho da revolução vai bem. Os nossos guerrilheiros lançaram uma campanha forte de destruir todos os postos e quartéis militares dos colonialistas. Eles estão a sofrer muito, agora os colonialistas não dormem nos postos porque têm medo de bombardeamento dos nossos militantes. Eles ficam nos seus postos durante o dia e durante a noite dormem no mato ou nos abrigos.

Em Mocimboa da Praia os colonialistas organizaram um grupo de soldados africanos que anda somente no mato matando o Povo, destruindo produtos nas machambas do Povo, roubando a comida do Povo para os portugueses, etc.

No dia 20-11-67, havia reunião pública na área branch de Mocimboa da Praia. Logo depois da reunião saímos de Branch

para área Diaca e chegámos lá no dia 23-11-67. Aqui também, fizemos outra reunião, mais de 120 pessoas atenderam à reunião. Logo depois da reunião, continuámos com a nossa viagem para área Nangade onde estamos até hoje descansando.

Durante a viagem, foi-me possível encontrar com os responsáveis da FRELIMO, Chefes das bases militares da FRELIMO e milicianos com os quais tinha as discussões sobre o desenvolvimento do departamento de informação.

O problema mais difícil é o problema do pessoal capaz de escrever e ler bem. Todos camaradas que têm uma pouca noção de escrever e ler, tem suas preocupações especiais. Portanto é difícil encontrar o jovem que pode fazer uma coisa claramente.

Por isso nós decidimos que os secretários das áreas branchs sejam responsáveis dos serviços da informação. Além agora, estou procurando um camarada para me ajudar no trabalho.

Presentemente estou a escolher alguns camaradas que vão fazer o trabalho de fotografia. Todo este trabalho será pronto no começo de Janeiro de 1968 porque é preciso dar o treino suficiente aos camaradas para manejar bem as máquinas fotográficas e outras coisas.

Observações:

— A luta armada continua fortemente para o Sul de Cabo Delgado. As forças do inimigo foram reduzidas completamente durante os três meses passados.

— Nas zonas libertadas, o Povo tomou as iniciativas de reconstruir a vida nova. Neste ano, o Povo cultivou muitas machambas de cooperativas e de outra forma.

Formado o Comité de vinte e quatro (24) pessoas que tem a missão de mobilizar o Povo nas zonas libertadas para abrir machambas, comércio, etc., de cooperativa.

Os colonialistas portugueses tentam todo possível para sabotar as machambas, mas a nossa defesa é muito forte, todo Povo foi e está sendo treinado militarmente para se defender.

— Quando chegámos na área de Nangade, vimos o desenvolvimento e progresso que o Povo faz dia por dia. Este é o tempo de castanhas. Há muitas machambas de mandioca, bananas, castanhas, milho, etc., dos colonialistas e outras das pessoas que foram ficar com os portugueses. Portanto a FRELIMO toma a responsabilidade destas machambas.

O Povo está engajado no trabalho de recolher castanhas.

Eu, um dia, fui visitar uma das estações de castanhas e os responsáveis disseram a mim que são 206 sacos de castanhas.

Isto foi numa estação só, e há mais de 15 estações. Em cada estação há mais de 151 pessoas que fazem este trabalho de recolher castanhas. No mesmo tempo, castanhas são transportadas para Tanzânia ser vendidas.

Bem hei-de informar mais melhor logo quando acabar a viagem.

MARERE — 1968:

(nossas armas: 1 canhão, 3 morteiros 82, 1 morteiro 60, Pms, Sas — semiautomática — e bazucas)

Este combate foi chefiado pelo camarada Mário e nele participaram 2 companhias. Chegámos ao Posto de Marere às 24 horas e tomámos posição até ao amanhecer. No Posto um cão ladrava furiosamente — tinha-nos localizado. Às 6 horas o Comandante deu ordem para abrir fogo, o que fizemos: primeiro as armas pesadas e depois a artilharia. O inimigo respondeu ao fogo com armas ligeiras. Avançámos disparando. Cortámos o 1.º arame farpado e depois o 2.º. Entrámos então no Posto tendo capturado 62 armas, medicamentos, munições, granadas e todo o conteúdo de uma loja. Libertámos 25 elementos da população e demolimos todas as casas do Posto. Morreram 28 soldados portugueses e do nosso lado 2 camaradas foram sacrificados.

Importa por último, para finalizar, referir algumas das linhas de orientação que guiaram o trabalho da Informação e Propaganda na fase da luta armada de libertação, e alguns dos problemas que surgiram no processo desse trabalho.

1. Sobre a concepção da Informação e Propaganda: ela foi desde o início entendida como uma das frentes de combate, intimamente ligada às outras frentes — da defesa, da economia, da saúde, da educação, etc. Sem as outras frentes esta frente não podia subsistir, e ela existia para apoiar as outras, dentro do plano estratégico e tático definido pela FRELIMO. Mas entre todas, a Informação e Propaganda apoiava prioritariamente a luta armada, que era então a tarefa principal. Aliás, todos os outros Departamentos serviam a luta armada. Quando começámos a ter zonas libertadas, colocou-se logo em 2.º lugar o apoio à produção.

2. Ao divulgarmos os crimes do colonialismo, visávamos criar ódio nos militantes e no povo contra este sistema desumano e retrógrado. Quando a partir de 1969 começámos a condenar publicamente Simango, Nkavandame e os outros elementos da mesma clique, queríamos também provocar ódio no povo contra o capitalismo e a exploração. Tornar o povo consciente do inimigo. Para que nunca mais estes males pudessem voltar a instalar-se no nosso País.

3. O conteúdo da Informação e Propaganda, a que já nos referimos atrás, tinha como ideia central a seguinte: O nosso Povo vive na maior miséria. A FRELIMO definiu o caminho para melhorar as condições de vida do Povo. A Informação e Propaganda devem valorizar estas decisões da FRELIMO, difundir-las, explicá-las criadoramente, adaptando-as a cada situação específica. Para dar tarefas ao Povo, consolidar a sua unidade e ao mesmo tempo desenvolver o seu entusiasmo no combate pela libertação política, económica, cultural e social.

4. Utilizávamos sempre uma linguagem que fosse acessível às massas populares. O nosso critério era o seguinte. Perguntávamo-nos: se este texto for lido à população de uma povoação ou aos combatentes de uma base, compreenderão eles o seu conteúdo? E estarão de acordo com ele? Se a resposta fosse negativa,

revíamos o texto até estarmos convencidos.

Isto não significa que a linguagem perdesse a correcção. Era uma linguagem simples, não simplista, e absolutamente correcta. Através dos textos, aliás, procurávamos elevar o nível daqueles que os iriam ler. Para isso era necessário saber encontrar o ponto exacto da balança. Neste sentido a Informação apoiava a alfabetização sendo os nossos boletins utilizados como livros de leitura nas escolas da FRELIMO.

5. Discutimos no seio da FRELIMO se devíamos anunciar as nossas falhas e fracassos. Decidimos que não, dado que isso só iria resultar em benefício do inimigo, que ampliaria qualquer pequena comunicação que fizéssemos nesse sentido, e dar-lhe-ia a dimensão de uma derrota total. Imaginemos a Rádio da FRELIMO anunciar que as forças portuguesas ocuparam três das nossas bases! Além do mais, resultaria em grande desmoralização para o Povo e os outros combatentes. Se alguma coisa havia a fazer numa situação dessas, era desencadearmos acções para reconquistar as bases. O que efectivamente fazíamos.

Isto não nos impedia de apontar erros, em termos gerais, e denunciar também o inimigo interno, na nossa Informação. Por exemplo, no boletim «Voz da Revolução» de Junho de 1969, publicámos uma lista grande de traidores que foram expulsos da FRELIMO e os crimes por eles praticados. Mas era sempre a FRELIMO que decidia se e quando essa divulgação podia ser feita, para que feito o anúncio, estivéssemos preparados para a inevitável subsequente ofensiva inimiga.

6. A confrontação diária com o inimigo obrigou-nos a estudar o inimigo, analisar cuidadosamente a sua propaganda para sermos capazes de desmontá-la e neutralizá-la. Não só a sua propaganda oficial, mas também os boatos, calúnias e promessas que ele lançava. Não lhes respondíamos directamente, pois isso equivaleria a dar-lhes demasiada importância. Mas na nossa propaganda, encontrávamos maneira de mostrar que o que o inimigo dizia era falso.

Vejamos por exemplo como denunciávamos a acção da psico-social.

Os colonialistas portugueses têm diminuído sensivelmente nos últimos tempos as suas actividades de propaganda contra-revolucionária no seio do nosso Povo, no que respeita ao contacto directo com as populações.

Eles tinham criado um serviço especial de propaganda, os chamados Serviços Psico-Sociais, cuja tarefa era ir em povoação em povoação, principalmente nas zonas em guerra, e «convencer as populações de que os colonialistas portugueses são boas pessoas, não são os criminosos que a FRELIMO diz que eles são. E que além disso os portugueses são fortes, ricos e poderosos — sendo portanto um erro pretender lutar contra eles. Esta acção era realizada por grupos relativamente grandes de senhoras da alta sociedade (membros do M.N.F.) aceitavam renunciar às suas reuniões sociais e partirem durante alguns dias em cada mês, a cumprir o «dever patriótico» de «dar também a sua contribuição para salvar Portugal». Eram orientadas na sua acção por especialistas da acção psico-social, que lhes indicavam exactamente o que fazer.

Esses grupos chegaram assim a uma povoação fortemente

escoltados por tropas portuguesas. A população era reunida num local, e o trabalho começava. Alguém (normalmente um dos «especialistas») fazia um discurso, alertando a população contra os «bandidos da FRELIMO, que querem desviar-vos do caminho do progresso e da paz». Porque «este progresso e esta paz só podem ser alcançados debaixo da bandeira portuguesa. Estão a ver? Aqueles que ousaram tentar afastar-se de Portugal estão a sofrer a guerra, a fome». «Nós somos todos irmãos, todos portugueses», etc., etc.

Depois do discurso, que as populações deviam aplaudir, as senhoras procediam à distribuição de presentes. Doces para as crianças, espelhos, missangas, panos coloridos — tudo à velha moda colonial, como no tempo em que os primeiros portugueses, chegados a Moçambique no Século XV e XVI, tentaram enganar as populações dando-lhes presentes sem valor, e pedindo em troca ouro, marfim e outras riquezas.

No fim procedia-se à apresentação de um filme. Um filme no mal é uma coisa muito impressionante para populações que nunca viram nenhum. Os serviços psico-sociais organizavam o transporte de um gerador e uma máquina de projectar de 16 m/m. Claro que o filme mostrava tropas portuguesas a desfilar junto de tanques, aviões de bombardeamento, navios de guerra. E também invariavelmente, um branco a abraçar um negro. «Vocês veem? Nós não somos racistas, tratamo-vos como irmãos».

O grupo retirava-se, e os guerrilheiros reentravam na povoação. Alguns deles tinham assistido à projecção do filme, misturados com a multidão, ou escondidos no capim alto.

E o significado da visita do grupo colonialista era explicado ao nosso Povo pelo nosso Comissário Político da Região. «Os colonialistas portugueses vêm hoje trazer doces para as crianças, trazer presentes, vêm dizer que somos irmãos — porquê? Por causa da nossa luta. Os colonialistas estão receosos de perder as riquezas de Moçambique, que pertencem ao Povo moçambicano e que eles têm vindo a explorar. Os portugueses hoje têm medo de nós, porque vêm a nossa luta a crescer. E como sabem que a nossa luta é popular, é feita pelo Povo, tentam convencer as populações a não lutar — quer metendo-lhes medo (como podemos ver pelo filme que nos apresentaram) quer tentando mostrar-nos que eles são bons (como o provam os «presentes» que nos deixaram). Se não houvesse luta os portugueses continuariam a ignorar-nos completamente.

Portanto esta visita dos colonialistas mostra que estamos no bom caminho — eles já têm medo — e que «devemos intensificar cada vez mais a luta armada, até à libertação total da nossa terra». O povo compreendia, e reafirmava a sua determinação de continuar a luta.

Assim, essa actividade dos portugueses que visava alienar o nosso Povo da luta armada, era aproveitada por nós como meio de mobilização do Povo. Os portugueses depois de algum tempo dessas manobras, compreenderam que não tinham sucesso nenhum, e desistiram, extinguindo os Serviços Psico-Sociais como Departamento autónomo, e integrando esse pessoal «especializado» na PIDE.

7. Também enfrentámos um problema sério quanto aos quadros da Informação, por falta precisamente de um critério de

recrutamento.

Na fase inicial da luta, a preocupação foi a de encontrar elementos «qualificados», sendo mais qualificado quem mais altas habilitações literárias tivesse. Compreende-se que assim fosse, porque nessa altura éramos realmente uma Frente, e as posições ideológicas não contavam. Mas pagámos caro a ausência de um critério de classe. Dos ditos quadros da Informação, alguns desertaram, outros recusaram-se a cumprir missões, outros trairam — indo fazer propaganda contra a FRELIMO no exterior ou entregando-se aos colonialistas portugueses e caluniando a FRELIMO a partir mesmo de Moçambique.

Quando a consciência deste problema apareceu, passámos a enviar por um certo período os elementos da Informação para as zonas de guerra ou para as zonas libertadas, para aí, em contacto com a realidade da luta, perderem os vícios e complexos da classe e da sociedade de que provinham.

Verificámos porém, que não dá resultado colocar um elemento com deformação pequeno-burguesa numa base ou numa povoação, e esperar passivamente que o meio o transforme. Muitos estavam já demasiadamente marcados pela origem e pela vida anterior. Era necessário haver da parte desse indivíduo pelo menos a vontade de se identificar com as massas populares, e da nossa parte um constante trabalho político sobre o conjunto destas duas condições produzia resultados satisfatórios. E a partir de certa altura passámos a ter quadros realmente militantes na Informação.

Estes são, de uma maneira necessariamente breve e resumida, alguns dos aspectos da nossa experiência no campo da Informação e Propaganda, durante o período da luta armada de libertação nacional.

No fundamental, eles continuam válidos, embora o contexto em que se produziram se tenham modificado. Houve uma mudança na tarefa principal, que deixou de ser a luta armada para passar a ser a produção: conquistámos a independência nacional, e a nossa tarefa agora é consolidá-la e desenvolver o nosso País. Por outro lado, a nossa acção realiza-se agora em todo o Moçambique. No entanto a luta armada ainda continua — contra as agressões constantes dos racistas da Rodésia, que já durante a luta de libertação nos agrediam. A luta pela destruição das estruturas organizacionais, físicas e mentais do colonialismo realiza-se hoje como ontem. Hoje também definimos uma tarefa principal — a produção — que todas as outras devem servir. O trabalho e vida colectiva, estão a ser implantados em toda a parte. Como nas zonas libertadas todos os nossos esforços dirigem-se para a construção de uma sociedade sem exploração onde o poder pertence ao povo trabalhador. Demos um passo em frente recentemente no III Congresso, quando indicámos expressamente como meta a atingir, a sociedade socialista. Mas embora não o declarássemos publicamente durante a luta de libertação, por razões tácticas, esse objectivo esteve sempre presente no espírito de todos os verdadeiros militantes da FRELIMO. Em suma, procuramos hoje, com as devidas adaptações, estender o modelo das zonas libertadas durante a guerra a todo o território nacional — não como um dogma, mas como um ponto de referência fundamental. Devemos saber utilizar e valorizar essa experiência, conscientes de que «A LUTA CONTINUA» não é um slogan mas uma palavra de ordem que deve ser bem interiorizada por cada um de nós.

(De: "Notícias", Maputo, 1977-09-12)